



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 205, DE 1 DE JULHO DE 2011.

Constitui comissão para coordenação e acompanhamento do concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 21, inciso XXXI, do Regimento Interno e tendo em vista o que consta do Processo n. 5185/2011,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para coordenação e acompanhamento do concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 2º Integram a comissão, sob a presidência do primeiro, os seguintes membros:

- I – Wilmar Barros de Castro, matrícula S045963;
- II – Solange da Costa Rossi, matrícula S019474;
- III – Inaê Cerqueira Alvarenga, matrícula S032519;
- IV – José Luiz Lourenço da Silva, matrícula S026934;
- V – Sérgio Almeida Lopes, matrícula S046560;
- VI – Andréia Carla de Souza, matrícula S051580.

Art. 3º São atribuições da comissão:

- I - Coordenar e acompanhar as atividades pertinentes à realização do concurso público;
- II – Analisar e propor a aprovação de editais, comunicados, cronogramas, programas de provas de habilitação e instrumentos correlatos;
- III – Fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de prestação de serviços para a realização do concurso;
- IV – Fornecer subsídios e apoio à entidade contratada para a realização do concurso;



V – Instruir e informar processos e expedientes relacionados ao concurso;

VI – Submeter às autoridades competentes documentação para análise e aprovação, conforme o caso;

VII – Submeter à análise da Assessoria Jurídica as ações judiciais porventura apresentadas em decorrência da realização do certame, para as providências pertinentes.

Art. 4º As unidades do Superior Tribunal de Justiça fornecerão à comissão, em caráter prioritário, suporte administrativo, jurídico, técnico e operacional necessário ao desempenho de suas atribuições.

Art. 5º A comissão manterá o Presidente do Tribunal permanentemente informado sobre o andamento das atividades relativas ao concurso público.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro ARI PARGENDLER